

ano 11 – n. 30 | maio/agosto – 2022
Belo Horizonte | p. 1-254 | ISSN 2238-9695
R. Fórum de Dir. Civ. – RFDC

Revista Fórum de
DIREITO CIVIL

RFDC

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial.....	7
----------------	---

DOCTRINA E ATUALIDADES

Cláusulas morais nos contratos de patrocínio: reflexões à luz da autonomia privada e dirigismo contratual

João Quinelato, Carolina Erthal do Nascimento.....	13
1 Introdução.....	13
1.1 Influxos da boa-fé na teoria geral dos contratos.....	16
1.2 O dirigismo contratual, a funcionalização da autonomia contratual e seus impactos sobre as cláusulas morais.....	21
1.3 Intervenções do Estado na autonomia: as restrições na liberdade de contratar....	23
2 Conceito, função e causa do contrato de patrocínio.....	24
2.1 A relativização da irrenunciabilidade dos direitos da personalidade nos contratos de patrocínio.....	25
2.2 As cláusulas morais: definições e a legítima expectativa sobre as regras de conduta do patrocinado.....	27
2.3 Ferramentas de controle de legitimidade das cláusulas morais: a função social e o abuso de direito.....	29
3 Síntese conclusiva.....	31
Referências.....	32

A imprescindibilidade da reparação fluida (*fluid recovery*) para a tutela de ilícitos relativos a dados pessoais

José Luiz de Moura Faleiros Júnior.....	35
1 Introdução.....	35
2 Violações multitudinárias a dados pessoais: como a legislação vigente pode tutelar variadas espécies de ilícitos virtuais?.....	36
3 A reparação fluida (<i>fluid recovery</i>) para além do CDC: notas sobre sua imprescindibilidade para a tutela dessas violações.....	41
4 Conclusão.....	49
Referências.....	50

Marco Civil da Internet, provedores de informação e responsabilidade civil por *cyberbullying*

Patrícia Frumi.....	55
Introdução.....	55
1 Marco Civil da Internet, provedores de informação e responsabilidade civil por <i>cyberbullying</i>	56
2 A internet no Brasil: breves considerações históricas.....	57
3 Comentários da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).....	59
4 <i>Cyberbullying</i>	63
5 Considerações acerca da responsabilidade civil por <i>cyberbullying</i>	65
6 Marco Civil da Internet, provedores de informação e responsabilidade civil por <i>cyberbullying</i>	68

7	Casuísmo.....	71
	Conclusão	75
	Referências	76

O regime jurídico e a função social do direito de laje

José Eduardo Melhen, Leonardo Estevam de Assis Zanini, Janaina Florinda Ferri Cintrão.		81
1	Introdução.....	82
2	O fato social da laje	82
3	A regulamentação da laje no direito brasileiro.....	86
4	Perspectivas do direito real de laje	92
5	Considerações finais.....	94
	Referências	96

Os efeitos jurídicos decorrentes da multiparentalidade: uma análise a partir do princípio da afetividade

Jardel Ribeiro Ferreira, Karina Barbosa Franco		99
	Introdução.....	99
1	A pluralidade de vínculos filiatórios: a definição da multiparentalidade e o Recurso Extraordinário nº 898.060/SC.....	100
2	Principiologia aplicável à multiplicidade de vínculos filiatórios	102
3	Efeitos jurídicos da multiparentalidade.....	104
3.1	Nome.....	104
3.2	A obrigação alimentar.....	106
3.3	Guarda e direito de convivência.....	109
3.4	Direitos sucessórios	110
	Conclusão	115
	Referências	116

Divórcio unilateral extrajudicial

Leonardo Dalto Romero		119
	Introdução.....	119
1	Breves considerações sobre o divórcio extrajudicial consensual no Brasil.....	120
2	Divórcio reconhecido como direito potestativo	124
3	Divórcio unilateral pela via extrajudicial	127
3.1	Recomendação nº 36/2019 do Conselho Nacional de Justiça	130
3.2	Projeto de lei no senado nº 3.457/2019	131
3.3	Comissão mista de desburocratização.....	132
	Conclusão	133
	Referências	134

A imprescritibilidade da petição de herança como consequência das características dos direitos fundamentais

Eduardo Vinhas Fagundes		137
	Introdução.....	137
1	Reconhecimento do direito de herança como fundamental e sua imprescritibilidade em sede de petição de herança.....	138
2	Conclusão	143
	Referências	144

DIÁLOGOS

A responsabilidade civil e o procedimento de *recall* no setor automotivo

Mateus Gouveia da Silva	149
1 Introdução	149
2 A responsabilidade civil e o procedimento de <i>recall</i>	150
2.1 O surgimento do <i>recall</i> no Brasil e o aumento nos índices de incidência no setor automotivo	153
2.2 Aspectos do procedimento de <i>recall</i>	155
3 A responsabilidade civil dos fornecedores	156
4 As consequências e discussões acerca do não atendimento ao chamado de <i>recall</i>	157
5 A decisão do Superior Tribunal de Justiça	163
Considerações finais	166
Referências	168

ENSAIOS E PARECERES

O surgimento dos bens comuns e seus impactos na lógica proprietária

Manoel Victor de Mello Vianna, Marcos Ehrhardt Jr.	173
Referências	178

AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

Racismo estrutural e reparação civil: novos rumos para velhas questões

Rodolfo Pamplona Filho, Laísia Carla de Carvalho Silva	181
1 Introdução	181
2 Racismo estrutural no Brasil	182
3 A ampliação do debate acerca do racismo estrutural	184
4 Racismo estrutural e reparação civil	188
Conclusão	191
Referências	192

JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Proposta de afetação ao rito dos recursos repetitivos – Penhorabilidade ou não do bem de família de propriedade do fiador dado em garantia em contrato de locação comercial. Recurso Especial nº 1.822.040/PR	197
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Direito de Família – Previdência privada – Entidade fechada – Proventos complementares – Resgate de reserva de poupança após o início do recebimento do benefício em razão da retirada de patrocínio pela ex-empregadora – Posterior extinção de vínculo matrimonial – Regime de comunhão universal ou parcial de bens – Verba excluída do patrimônio comum e da partilha de bens. Recurso Especial nº 1.545.217/PR	211
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Execução de título extrajudicial – Penhora de valores localizados na conta corrente da parte executada – Impenhorabilidade do salário e da caderneta de poupança – Artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil – Interpretação extensiva – Penhora de reserva de contingência para utilização em situação de necessidade – Exceções autorizativas da penhorabilidade não demonstradas. Recurso Especial nº 1.958.516/SP.....	249
Instruções para os autores.....	253